

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 500.271 - SE (2019/0082808-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
EMBARGANTE : JAIME PEREIRA LIMA
ADVOGADO : WHORTON LEON CRUZ DE LIMA - SE007828
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

JAIME PEREIRA LIMA opõe embargos de declaração contra a decisão de fls. 1.315-1316, em que indeferi liminarmente o *writ*.

Sustenta que a Corte local indeferiu o habeas corpus "sob o claro argumento de que a competência seria do Superior Tribunal de Justiça".

Requer que "a questão aqui colocada seja esclarecida, corrigindo a omissão, obscuridade e contradição praticada, para fins de acolher o Habeas Corpus, e conceder a ordem vindicada, e caso assim não entenda, que decline a competência ao TJSE, notificando a referida corte, com o devido traslado das peças processuais que integram o presente Habeas Corpus".

Decido.

Preambularmente, convém esclarecer que os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses do art. 619 do CPP, isto é, nos casos de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

São inadmissíveis, portanto, quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, o rejugamento do caso.

No caso dos autos, apesar de não ter conhecido do *writ* originário, é certo que o Tribunal de origem entendeu que a competência para a análise do pedido é desta Corte Superior, visto que a decisão atacada foi proferida pelo Desembargador relator da revisão criminal.

Todavia, **apesar de a defesa ter razão quanto ao ponto, observo que o outro argumento da decisão ora embargada permanece hígido.**

Na referida decisão, observei, salientando o parecer ministerial, "ser incabível a impetração de habeas corpus com a pretensão de reintegração em cargo público".

Nessa mesma diretriz, confirmam-se precedentes do STF e do STJ:

[...]

3. O habeas corpus destina-se, exclusivamente, à proteção da liberdade de locomoção ameaçada ou violada por ilegalidade ou abuso de poder, não podendo ser manejado para pleitear a reintegração em cargo público, posto tratar-se de questão alheia ao direito de ir e vir.

4. *In casu*, o agravante requer a reintegração aos quadros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

5. Agravo regimental em habeas corpus a que se nega provimento.

(HC 114.490 AgR, Rel. Ministro **Luiz Fux**, 1ª T. DJe 12/3/2014)

[...]

O habeas corpus constitui-se em meio impróprio para a pretendida reintegração em cargo público, pois tal questão não diz respeito à liberdade de ir e vir. (RHC n. 12.170, Rel. Ministro **Gilson Dipp**, 5ª T., DJ de 22/04/2002).

À vista do exposto, **acolho os embargos de declaração**, para sanar a omissão apontada, sem atribuição de efeitos infringentes.

Publique-se e intimem-se.

Brasília/DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**